



Garantias dos contribuintes deverão ser prioridade

A MÁQUINA DO FISCO VIVE dias de mudança. Depois do director-geral dos Impostos, Paulo Azevedo, Carlos Lobo é o novo líder da secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais.

Paula Cravina de Sousa
psousa@economicasgpps.com



ORTIGÃO RAMOS
"Um voto de confiança e de encorajamento para que os seus conhecimentos científicos em matéria tributária contribuam para o aperfeiçoamento do sistema fiscal português".



FERNANDES FERREIRA
É necessário "pôr o contribuinte em primeiro lugar, no centro do sistema fiscal, com o devido equilíbrio entre poderes das Administração Tributária e garantias dos contribuintes".



ANTÓNIO C. DOS SANTOS
"Há necessidade de se dar atenção à existência de uma efectiva política fiscal que não se resuma à cobrança fiscal".

Em três meses, as duas figuras centrais do Fisco foram substituídas. Depois de Azevedo Pereira suceder a Paulo Macedo na Direcção Geral dos Impostos (DGCI) em Setembro, é a vez de Carlos Lobo substituir Amaral Tomaz na cadeira da secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais.

Mas apesar da mudança de cadeiras, a linha orientadora deve manter-se e a opção deve alinhar pela continuidade e estabilidade. Os especialistas consultados pelo Diário Económico não vêem riscos nestas substituições. Assim, os 'dossiers' que estão actualmente em cima da mesa, como o combate à fraude e evasão fiscais ou o planeamento fiscal abusivo, não deverão ser abandonados.

"A direcção-geral começa a ter mecanismos que funcionam por si", afirma António Carlos dos Santos. No mesmo sentido o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo, afirma: "Trata-se de uma máquina que tem todas as peças a funcionar". "Não vejo que a substituição do director-geral ou do secretário de Estado possam ter efeitos positivos ou negativos no curto prazo", acrescenta. "A 'escola' é a mesma e é muito boa", afirma Rogério Fernandes Ferreira, explicando que Carlos Lobo e Carlos Costa e Pina, actual secretário de Estado do Tesouro e Finanças, foram adjuntos, alunos e assistentes de Sousa Franco na mesma altura em que Teixeira dos Santos foi seu secretário de Estado do Tesouro e Finanças. "É uma boa oportunidade para arrear caminho em algumas práticas mais descuidadas, decorrentes de automatismos vários provocados pela informatização dos procedimentos e dos serviços e esforço acrescido de cobranças", conclui.

Quais as prioridades futuras?

O grande desafio de Carlos Lobo prende-se precisamente com a maior crítica que tem sido feita à actualização do Fisco: o ataque às garantias dos contribuintes. É o novo secretário de Estado tem vindo a defender publicamente as garantias dos contribuintes, aspecto que já foi eleito por Azevedo Pereira como a sua prioridade enquanto director-geral dos Impostos. Também os fiscalistas ouvidos pelo Diário Económico colocam a tónica naquele aspecto. É necessário

As ideias de Carlos Lobo

O novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais tem defendido publicamente as garantias dos contribuintes, pelo que esta deverá ser a sua principal preocupação.

A prescrição de dívidas tem sido um dos pontos mais criticados pelo novo secretário de Estado. Uma alteração no Orçamento do Estado para 2007 (OE/07) fez com que, na prática, as dívidas fiscais dos contribuintes deixassem de prescrever.

Carlos Lobo também critica a extinção da caducidade das garantias. Também no OE/07, as garantias deixaram, na prática, de prescrever, podendo o Fisco reter a garantia dada pelo contribuinte por tempo indefinido.

"pôr o contribuinte em primeiro lugar, no centro do sistema fiscal", afirma o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Fernandes Ferreira. Já o fiscalista Diogo Ortigão Ramos espera que o novo secretário de Estado "tenha a coragem de proceder à reparação do acervo de garantias dos contribuintes, como a caducidade das garantias e o restabelecimento de um prazo de prescrição - que, lucidamente, tem defendido". Ao que o fiscalista Diogo Leite Campos acrescenta: "É preciso tomar a defesa dos contribuintes tão rápida quanto a cobrança de impostos". "O esforço principal é acelerar a resolução dos litígios dos contribuintes".

Além disto, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Carlos dos Santos, fala na "necessidade de dar atenção à existência de uma efectiva política fiscal que não se resuma à cobrança". E Domingues de Azevedo deixa um recado: "Não se pode permitir que a administração tributária esmoreça. Deve incentivar-se os funcionários e introduzir mecanismos que eliminem injustiças". ■

Carlos Lobo fez parte dos anteriores governos socialistas

■ O novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, advogado de 36 anos, tem já uma larga experiência em cargos públicos. Licenciado em Direito, foi adjunto do gabinete do então ministro das Finanças, Sousa Franco, entre 1995 e 1999, para as áreas jurídico-económicas, financeiras (banca e mercado de valores mobiliários), fiscais, comerciais e

administrativas. Foi neste cargo que conheceu Teixeira dos Santos, na altura secretário de Estado do Tesouro de Sousa Franco. Transitou depois para o cargo de conselheiro técnico do ministro das Finanças, Pina Moura (entre 1999 e 2001), e ocupou o mesmo cargo sob a égide de Guilherme d'Oliveira Martins (entre 2001 e 2002). Ainda em 2001, foi fundador da sociedade de advogados Sousa Franco, Paz Ferreira

& Associados - Sociedade de Advogados. Ao nível fiscal publicou trabalhos sobre a tributação e a sustentabilidade do urbanismo, sobre o imposto de selo e sobre incentivos fiscais à internacionalização. Diz quem o conhece que "é uma pessoa simples, muita sabedora, tecnicamente preparada e discreta", afirma o ex-colega de governo e de faculdade, Rogério M. Fernandes Ferreira. Já António Carlos dos Santos descreve-o como uma "pessoa aberta, com sentido de imaginação e 'workaholic'". ■ **P.C.S.**



Carlos Lobo
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

O que Amaral Tomaz deixa por fazer no Fisco

Apesar do mérito de ter mudado a máquina fiscal, há assuntos que ficam por resolver.

Apesar do reconhecido mérito na mudança de mentalidade dos contribuintes relativamente ao pagamento de impostos, na arrecadação recorde de receitas fiscais e na motivação da máquina tributária, Amaral Tomaz deixa alguns 'dossiers' por decidir e arestas por limar.

1. JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

A reforma da justiça tributária é o 'dossier' mais atrasado na pasta de Amaral Tomaz. O secretário de Estado demissionário devia ter lançado as bases para resolver, por exemplo, a situação dos tribunais tributários e diminuir as impugnações judiciais, de forma a evitar o estrangulamento da máquina fiscal.

2. GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES

É sem dúvida o ponto mais criticado. "Amaral Tomaz cedeu à tentação de ir além do que a

lei permite e excedeu-se nos poderes legais que tem", afirmou o fiscalista Paulino Brilhante Santos. O especialista Diogo Ortigão Ramos enumera "liquidações infundadas, penhoras e compensações ilegais". Estes "atropelos dos direitos dos contribuintes" minam "a certeza da receita arrecadada, tornando-a dependente do desfecho dos inúmeros processos judiciais que correm".

3. PLANEAMENTO FISCAL ABUSIVO

Tem sido uma das pastas mais criticadas. Foi uma das medidas anunciadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no final de 2006, para combater a fraude e evasão fiscais, mas que só teve concretização no final do ano passado. O decreto-lei já foi aprovado em Conselho de Ministros e terá agora de ser discutido na Assembleia da República. O objectivo é obrigar os bancos, advogados e con-

sultoras a comunicar ao Fisco todas as operações feitas por empresas que possam ser consideradas como planeamento fiscal agressivo - isto é, que estejam no limite da legalidade. A principal crítica apontada pelos especialistas refere-se ao facto de a definição de planeamento fiscal abusivo ser demasiado lata e "susceptível de criar um clima de suspeição e delação generalizadas", afirma Diogo Ortigão Ramos.

4. RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Amaral Tomaz constituiu um grupo de trabalho para realizar um relatório de benefícios fiscais. No entanto, o objectivo deste relatório permanece ainda por conhecer. Entre as recomendações constava a diminuição do número de benefícios fiscais a par da redução das taxas de IRS. Há ainda quem defenda a redução do número de escalões daquele imposto. ■ **P.C.S. e J.M.**